

Síntese de Audiência

Dia: 18 de outubro de 2013

ENTIDADES: Frente Sindical da Administração Pública (FESAP)

ASSUNTO: Decreto da Assembleia da República n.º 177/XII (Proposta de Lei n.º 154/XII)

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Sá (PCP), Vice-presidente da Comissão;
- Jorge Paulo Oliveira (PSD).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência enquadrou-se no âmbito da nova apreciação na especialidade, em sede da Comissão, do [Decreto n.º 177/XII](#) - *Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, resultante da aprovação da [Proposta de Lei n.º 154/XII/2.ª \(GOV\)](#).*

O Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Senhor Deputado Paulo Sá, abriu os trabalhos, dando as boas-vindas à delegação da FESPA presente e apresentando o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira.

De seguida, deu conta da tramitação em curso do suprarreferido decreto e da metodologia de condução dos trabalhos, tendo de imediato passado a palavra à FESAP para uma intervenção inicial.

A FESAP recordou as questões suscitadas aquando da [audição](#) em sede de apreciação da Proposta de Lei n.º 154/XII/2.^a (GOV), nomeadamente quanto ao vínculo de nomeação dos funcionários públicos, a diminuição dos recursos humanos na Administração Pública resultante das aposentações e da não renovação dos contratos a prazo, as normas discricionárias do diploma e os perigos de geração de situações de injustiça na avaliação dos trabalhadores, terminando a intervenção considerando não ser necessário um novo diploma nesta matéria, dado já existirem instrumentos suficientes. Quanto às propostas de alteração ao Decreto, registou negativamente a redução das remunerações aos trabalhadores colocados em situação de requalificação, e as diferenças de tratamento entre trabalhadores com e sem vínculo de nomeação.

Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), que registou a intervenção da FESAP colocou algumas questões, tendo a FESAP prestado esclarecimentos ulteriores e feito uma intervenção final, após o que o Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença da Federação e as informações prestadas, tendo dado por encerrados os trabalhos.

Diversas informações sobre a [audiência](#) podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 18 de outubro de 2013

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Sá